

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA REALIZADA NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2022, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **TITULARES:** Roseli Kraemer (RPR), Darcy Costa (MNPR) Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Isabel Figueiredo (SMADS), Maria Luiza Franco (SMS), Guilherme Nogueira (SEHAB), Humberto Gomes (SMSUB), Inspetor Nicolau (GCM); **MEMBROS SUPLENTEs:** Lindalva Ferreira (RPR), Alexandre Claudio (RPR), Jefferson Silva (RPR), Franco (RPR), Verônica Martines (CDHLG), Cleiton Ferreira (É de Lei), Edvaldo (MNLPSR), Robson Mendonça (MEPSR), Luiza Trotta (SMDHC), Maria Lisabete Santiago (SMADS), Fabiana Pires (CNRs/CENTRO), Edilene Magalhães da Silva (SMDDET); **PARTICIPANTES:** Romualdo de Lima (MEPSR), Carmen Santana (FMUSP/A Cor da Rua), Isabela Pechenim (FMUSP/A Cor da Rua), Cassia Fellet (FMUSP/A Cor da Rua), Flavia Venancio (FMUSP/A Cor da Rua), Fabiana Pires (CNRs/Centro), Wilherson Luiz (DPE), Laura Costa (CDHLG), José Vicente (CDHLG), Rose Moraes (GUARMIC), Mariana Prado (CDHLG e DPU); Guilherme Fomiuke (Gabinete da Cidade, Kauã Condenso (SMDHC/DPS), Gustavo Guimaraes (CTA SANTANA); Isabella Santos (SMDHC/DPS); Ilson Gabriel Martins (UP), Roberto Araujo, Vitor Haim, Denise Azevedo (Projeto Banho Solidário), Cris Silva, Pedro (MNPR), Lucas Molino (SMDHC), Sebastião Oliveira (MNPR), Lora (PopRua), Brenda Matoso (PopRua), Manoel Dantas (MNPR), Eliane Silva (MNPR), Gisele Abreu (PopRua), Débora Andrade (PopRua), Fabiana Ferreira, Selma Miranda, Allan Pozzi (PopRua).

A sra. **Maria Luiza** orientou sobre a estrutura da reunião, bem como a tolerância de 10 minutos para o Comitê atingir quórum mínimo representativo, para a realização do mesmo. Após atingir o referido quórum, Maria Luiza iniciou a reunião com os informes abaixo:

- 1) Informe SMS - enviado no mailing do Comitê PopRua;
- 2) Operação Baixas Temperaturas (OBT);
 - a) Tendás;
 - b) Acolhimentos Emergenciais;
- 3) Informe sobre o Relatório OBT 2022, a ser apresentado em janeiro de 2023;
- 4) Ação “Natal na Rua” - ação que articula movimentos sociais e a SMDHC, via emenda parlamentar, visando a construção de um evento natalino para população em situação de rua. Além disso, a princípio tentou-se viabilizar o Vale do

Anhangabaú, porém, por questões de agenda, não foi possível. Sendo assim, será realizado na Praça da Sé, como foi o evento “19 de agosto”;

- 5) Evento: JudSampa, a ser realizado em 21, 22 e 23 de novembro, na Praça da Sé com serviços de atendimento assistencial e de saúde; expedição de documentos necessários ao exercício da cidadania; atendimento jurídico por instituições parceiras e garantia de acesso à Justiça para ações e procedimentos, com especial atenção a questões assistenciais e previdenciárias.

A Sra. **Maria Luiza** (SMDHC) informou que a continuidade da frente fria não estava prevista. A portaria contempla o Plano de Contingência Situações de Baixas Temperaturas, com atuação das secretarias nomeadas, com período correspondente entre 30 de abril e 30 de setembro de 2022. A assessora da Coordenação PopRua informou que o Plano de Contingência já havia sido aditado uma vez, em outubro, em razão da frente fria e será aditado novamente pelo mês de novembro.

Em decorrência do exposto, houveram 10 tendas de atendimento, dispostas entre os dias 1 e 8 de novembro, ofertando alimentação e cobertores, além dos atendimentos das Equipes de Consultório na Rua. Segundo as informações encaminhadas pelo Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) as temperaturas terão elevação nos dias posteriores as da data desta reunião. Diante disso, as tendas estão sendo desmobilizadas, com previsão de desmonte até 11 de novembro.

Foi informado que a Sra. **Isabel Figueiredo** (SMADS) teve um imprevisto na secretaria, portanto não conseguiu comparecer ao Comitê para trazer mais informações a respeito deste tema.

A Sra. **Roseli Kraemer** (RPR) questionou se os abrigos emergenciais haviam sido fechados, pontuando sobre os contratos de convênio com os clubes cedidos para SMADS para o período de baixas temperaturas. Ainda sobre a frente fria, a Sra. Roseli comentou que há um Centro de Acolhida Emergencial no Canindé que ficará aberto até o dia 10 de novembro.

O Sr. **Pedro** discorreu que parte de sua trajetória de vida vivenciou a situação de rua. Relatou que está muito contente pelas reuniões e orgulhoso do Comitê, que o ajudou a sair das ruas. Já o Sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) solicitou um tempo de fala para discorrer sobre o Consultório na Rua. Disse que ficou sabendo, na data anterior a reunião, sobre um determinado edital, com a informação de que a população em situação de rua não estava prevista de ser contratada pela OSC BOMPAR e que isso era lamentável. O mesmo teceu

críticas à SMS por não querer tratar da inclusão social da população em situação de rua em seus editais. No mesmo sentido, a Sra. **Carmem Santana** (FMUSP/A Cor da Rua) falou sobre a importância de contratar pessoas em situação de rua para trabalhar nas políticas públicas destinadas às mesmas. A responsável pela SMS contou que desde 2004 essa organização tem contratado pessoas em situação de rua para ajudar a cuidar desse público, disse que é uma conquista e informa que o projeto já foi premiado em vários congressos e palestras. Afirmou que é necessário a contratação de pessoas em situação de rua, sistematicamente, e que existem projetos dentro da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) onde as pessoas em situação de rua auxiliam os residentes.

O Sr. Alderon perguntou se o comitê poderia fazer um ofício pedindo explicações para a secretaria de saúde e reafirmou que o Consultório na Rua não pode se recusar a contratar pessoas em trajetórias de rua. A Sra. Maria Luiza agradeceu o supracitado e afirmou que vai encaminhar a demanda, desde que tenha maiores informações sobre o caso.

A Sra. **Maria Luiza Franco** (SMS) se apresentou como uma das conselheiras, completou que o serviço do Consultório na Rua nasceu após 7 mortes registradas, e pontuou a importância do atendimento especializado em saúde a essa população. A mesma concordou que pessoas que não vivenciaram situações de rua tem um olhar diferente de pessoas que já vivenciaram, portanto, é importante a presença de pessoas com trajetória de rua nas equipes de atendimento na rua. Sobre o tema, a sra. **Simone Kelly** (RPR) defendeu a contratação de pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, justificando que estas dão qualidade para a rotina do serviço.

A **Sra. Lora** (PopRua) citou a importância de reuniões presenciais para a participação das pessoas em situação de rua. Disse também que a gestão anterior da OSC BOMPAR tinha mais empatia pelas pessoas em situação de rua, e que, ao mudar a gestão, houve regressão no atendimento. A Sra. Roseli Kraemer disse que entende como porta de saída da rua a contratação dessas pessoas, pois só quem já vivenciou a situação de rua tem mais facilidade para dialogar com esse público no atendimento nas ruas.

O Sr. **Castor Guerra** (PopRua) questionou sobre o uso dos banheiros sociais e sobre o horário de funcionamento dos mesmos. Já o Sr. **Darcy Costa** (MNPR) disse o quanto foi difícil construir essa política pública (Consultório na Rua) em São Paulo, e que a OSC BOMPAR tem sido referência para o país no que diz respeito a esse serviço específico. Disse também receber com indignação a notícia sobre o fim da contratação de

peças em situação de rua no Consultório na Rua e reforçou a questão do encaminhamento levantada pelo sr. Alderon.

Durante a reunião, algumas falas levaram críticas à atuação da GCM em relação à população em situação de rua. O sr. **Adriano Nicolau** (GCM) solicitou a fala para defender a Guarda Civil Metropolitana, pontuando que esta segue dentro da legalidade e constitucionalidade, repudiando a denúncia de que é um serviço que retira barracas. A fala do sr. inspetor Nicolau gerou respostas acaloradas por parte de alguns presentes na reunião. A sra. Maria Luiza retomou o espaço pontuando que situações escalonadas podem causar o efeito de implodir o espaço da reunião, algo que seria prejudicial para a pauta.

A reunião seguiu então com o Sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) informando que os conselheiros/as da sociedade civil se reuniram rapidamente e definiram que será emitido um ofício solicitando que o sr. inspetor Nicolau não seja mais representante da GCM no espaço do Comitê PopRua, sugerindo o nome do sr. inspetor Guilherme, conhecido por sua empatia e respeito aos direitos humanos. O sr. inspetor Nicolau disse entender que as outras pessoas tenham opiniões contrárias às suas, e reforçou que caso algum guarda tenha conduta inadequada, o caso será apurado e o guarda poderá sofrer as devidas punições.

O Sr. Alderon Costa (Rede Rua) disse concordar com as palavras do Sr. Robson e teceu críticas ao sr. inspetor Nicolau. Relatou ainda que, em anos de experiência trabalhando com pessoas em situação de rua, o que pôde verificar é de fato uma truculência e violência por parte da Guarda Municipal. Alderon concordou em pedir a saída do inspetor em questão do Comitê.

Sobre a mesma situação, o sr. **Edvaldo** (MNLPSR) colocou que não concorda com a saída de uma representação da GCM do espaço do Comitê, mas que acha importante trazer uma figura que leve as questões discutidas no pleito para as instâncias institucionais da Guarda, desta forma, concordou com a fala do sr. Robson também, inclusive defendendo a presença do sr. inspetor Guilherme. Da mesma forma, a sra. Lora defendeu e elogiou a figura do sr. inspetor Guilherme, ressaltando seu caráter humanitário.

Como todos/as os/as conselheiros/as presentes concordaram com a mudança de titularidade da GCM, a sra. Maria Luiza encaminhou a questão que receberá uma devolutiva na próxima reunião.

O sr. **Rodrigo Medeiros** (SMDET) entrou na pauta de geração de renda apresentando o Programa Bolsa Trabalho. Explicou ser uma política pública do Estado com

o objetivo de ofertar espaços de capacitação e trabalho para a população em situação de rua e outros grupos vulnerabilizados. Adicionou que a inscrição logo começou com dados cadastrados na Prodesp. Foram mais de 10 mil vagas ofertadas no primeiro edital que saiu no Diário Oficial em junho, destas, 5 mil foram destinadas a população em situação de rua. No próximo mês parte das vagas já haviam sido preenchidas com a assinatura do Termo de Adesão. O programa contou com 6 meses de trabalho em horário reduzido e capacitação com bolsa de R\$ 540,00.

Além disso, Medeiros colocou que foi feito um edital emergencial para selecionar as OSCs que receberiam as bolsas e fariam a mediação. As equipes básicas de cada edital contam com: funções administrativas, pedagogos/as, motoristas e psicólogos/as. E que um trabalho "sócio emocional" seria ofertado para todos os inscritos. O servidor da SMDet também acrescentou que foram feitas articulações com os movimentos sociais que já tinham espaço de atuação com a população em situação de rua, como por exemplo, o Coletivo Tem Sentimento, de mulheres trans e travestis na região da "Cracolândia". Medeiros acrescentou que os materiais usados durante as formações serão doados para os movimentos. Além disso, serão formados bancos de currículos para direcionar essas pessoas inscritas após o término do Programa.

Medeiros colocou que um dos pontos negativos do projeto é que ele não foi feito pela Prefeitura, portanto, tudo tem sido atualizado por um sistema que não se tem completo acesso e domínio. Deu o exemplo de um beneficiário que fez a inscrição na Zona Leste mas foi para a Zona Norte porque não tinha mais vaga. Pontuou problemas em questões administrativas do projeto, como data de pagamento dos beneficiários e questões com o cartão disponibilizado. A ideia, segundo o servidor, é fazer um mapeamento mais completo de movimentos que já atuam com as pessoas em situação de rua em outros distritos da cidade.

Ao concluir, afirmou que no próximo ano terá o POT, programa com mesmo objetivo mas com desenho diferente. Citou também a lei dos 2%, que visa empregar população em situação de rua em empresas contratadas pela prefeitura que contem com mais de 50 pessoas em seu corpo de trabalho. Em relação a este último ponto, Medeiros declarou, no entanto, não ser fácil mapear todos os contratos do município.

A Sra. **Lucas Molino** (SMDHC) apresentou que a Coordenação de políticas para população em situação de rua está montando novas parcerias para POTs de direitos humanos. A ideia é ter a mesma perspectiva em relação às parcerias com as OSCs. Completou que seriam 200 bolsas com 4 organizações que serão realizadas por meio de

emenda parlamentar, que terá supervisão direta da Coordenação citada. O objetivo é que, a partir desses projetos executados por emendas parlamentares, possam ser construídas políticas públicas que garantam emprego e renda para população em situação de rua.

O **Sr. Cleiton Ferreira** (É de Lei) disse ser formado em artes plásticas e citou a importância de atividades assim como agentes redutores de danos e também como porta de saída da rua. Alertou que é preciso evitar que, ao final do tempo vigente da Bolsa, a pessoa volte para a situação de calçada.

O Sr. Robson Mendonça afirmou que no Projeto Cozinha Escola, foram recebidas 65 pessoas do Bolsa Trabalho. Sendo que 50 pessoas já estão recebendo cerca de R\$ 1200,00 por mês. Destacou que ações como essas são, efetivamente, incluir pessoas em situação de rua em outros espaços - inclusive de trabalho. Disse ainda que está em planejamento cursos de informática, cozinha, barbearia, manicure e tricot. Mas que também quer ver pessoas em situação de rua engenheiras e médicas, algo fundamental para sair da lógica do assistencialismo, e que na escola tem mais 50 pessoas e que já estão recebendo R\$1200,00 por mês.

Após alguns outros comentários sobre a pauta, foi encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

- 1) Envio de informações do Jud. Sampa no mailing;
- 2) Com o envio de mais informações sobre a mudança na contratação da OSC BOMPAR, encaminhamento de ofício para a Secretaria Municipal de Saúde a fim de pedir esclarecimentos;
- 3) Ofício para as Secretarias de Saúde e Assistência Social com recomendações para contratações de pessoas em situação de rua;
- 4) Solicitação de alteração na representação da GCM;
- 5) Envio de recomendações sobre o programa de geração de renda da SMDET;
- 6) Incluir nas formações das empresas a temática de redução de danos;
- 7) Adquirir novos equipamentos para melhorar o espaço da reunião.